

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O São Paulo*

Class.: 102

Data: *3a 9 de Outubro de 1980*

Pg.: \_\_\_\_\_

# Quem conhece o projeto chamado J.I.C.A.?

Ismael Martignago

Poucos brasileiros estão sabendo a verdade sobre o Projeto de Desenvolvimento do Cerrado que é um desdobramento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado, preparado pela Agência Japonesa JICA (Japan International Cooperation Agency).

O cerrado que despertou a cobiça dos estrangeiros, fica na parte central do Brasil. Mede 500 mil quilômetros quadrados, ou seja, 60 milhões de hectares de terra. Isto corresponde a 12 milhões de alqueires goianos. Toma um pedaço de Minas Gerais, sendo que a extensão maior atingida pelo projeto está situada ao Sul de Goiás. O projeto-piloto já está sendo implantado e abrange a área de 50 mil quilômetros quadrados. A desapropriação das terras já começou dentro dos seguintes municípios de Minas Gerais: Iraí de Minas, Nova Ponte, Romaria, Coromandel, Patrocínio, Guimarães, Patos, Paracatu e Unai.

A empresa responsável pela execução do plano é a Campo Companhia de Promoção Agrícola, com sede em Belo Horizonte. O projeto é sustentado por dois grupos econômicos, a JADECO (Japan Development Company), formada por 49 empresas japonesas e pela BRASA-

GRO (Companhia Brasileira de Participação Agro Industrial) que é formada por 44 empresas brasileiras. Na BRASAGRO, entre outros, tomam parte, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito e a Eucatex de Paulo Maluf.

O cerrado é um tipo de chão que tem uma vegetação baixa e rala que, para o plantio de arroz e feijão, precisa receber um tratamento especial e ser irrigada. O Projeto de Desenvolvimento do Cerrado pretende cultivar soja, milho, sorgo, trigo, café e eucalipto. O objetivo é a exportação.

### CRÍTICAS AO PROJETO

Por incrível que pareça, as maiores críticas vieram do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), órgão ligado à Presidência da República. Baseado na apreciação do IPEA, o Pe. Martinho Lenz, SJ, secretário da Linha 6 — Ação Social, da CNBB, em carta à Presidência da República, diz: "A principal crítica que se pode levantar contra o projeto, a nosso ver, é a falta de globalização em vista de um desenvolvimento regional harmonioso e integrado. Ao invés disso, preparou-se um projeto de cima e de fora, sem consulta às populações interessadas. No projeto, desconsidera-se totalmente o destino das populações atualmente residentes na área a ser ocupa-

da pelo projeto, estimada preliminarmente em um milhão de pessoas. O projeto prevê a criação de tão somente 7 mil empregos diretos e 15 mil empregos indiretos. O que sucederá com o restante da população é fácil imaginar".

O custo total do projeto vai ser de 68 bilhões de cruzeiros, sendo que 50% do custo vai ficar por conta do governo brasileiro. Isto no valor que o dinheiro tinha no mês de junho de 1980. Esta soma equivale a quase 7 mil cruzeiros para cada um dos 10 milhões de trabalhadores rurais que atualmente existem no Brasil.

Desses 68 bilhões de cruzeiros ficam fora quase todos os gastos de transportes em geral, a construção e o conserto das estradas, ferrovias e portos. A exportação dos produtos agrícolas dessa região seguirá um desses dois caminhos: A) Sai de Anápolis (GO), passa por Belo Horizonte e daí vai para o porto de Capuava em Vitória do Espírito Santo, onde será embarcado em navios. B) O produto sai de Pirapora (MG), vai para Belo Horizonte e daí para Vitória do Espírito Santo.

Os gastos não pararão aí. O Estado do Espírito Santo vai ser usado como corredor. O que será possível criando-se um sistema de transporte bem planejado. É necessário ter frotas de caminhões, uma ferrovia e to-

da a instalação portuária própria para esse tipo de embarque. A Companhia do Vale do Rio Doce vai ajudar no transporte, mas vai ser preciso retificar muitos trechos. Vão ser construídos silos e armazéns no local de produção e de exportação. A despesa vai ser um absurdo.

As pessoas do governo que participaram em toda esta transação: Delfim Neto, o ministro dos Transportes, Elizeu Rezende, o presidente do INCRA, Paulo Iokota; um representante do ministro da Agricultura, Isidoro Jamaka; um coordenador da Secretaria de Fomento, Ikuro Ikeda e outros. Um encarregado do governo brasileiro e 11 técnicos japoneses trabalharam no projeto que ficou pronto em 1979. As tratativas incluíram muitas viagens dos cidadãos acima indicados e também as viagens de 29 turmas de japoneses que vieram ao Brasil no ano passado. Essas despesas ficaram por conta do governo brasileiro. Acontece que o governo não faz dinheiro nascer. Tudo isso fica mesmo pesado no bolso do povo.

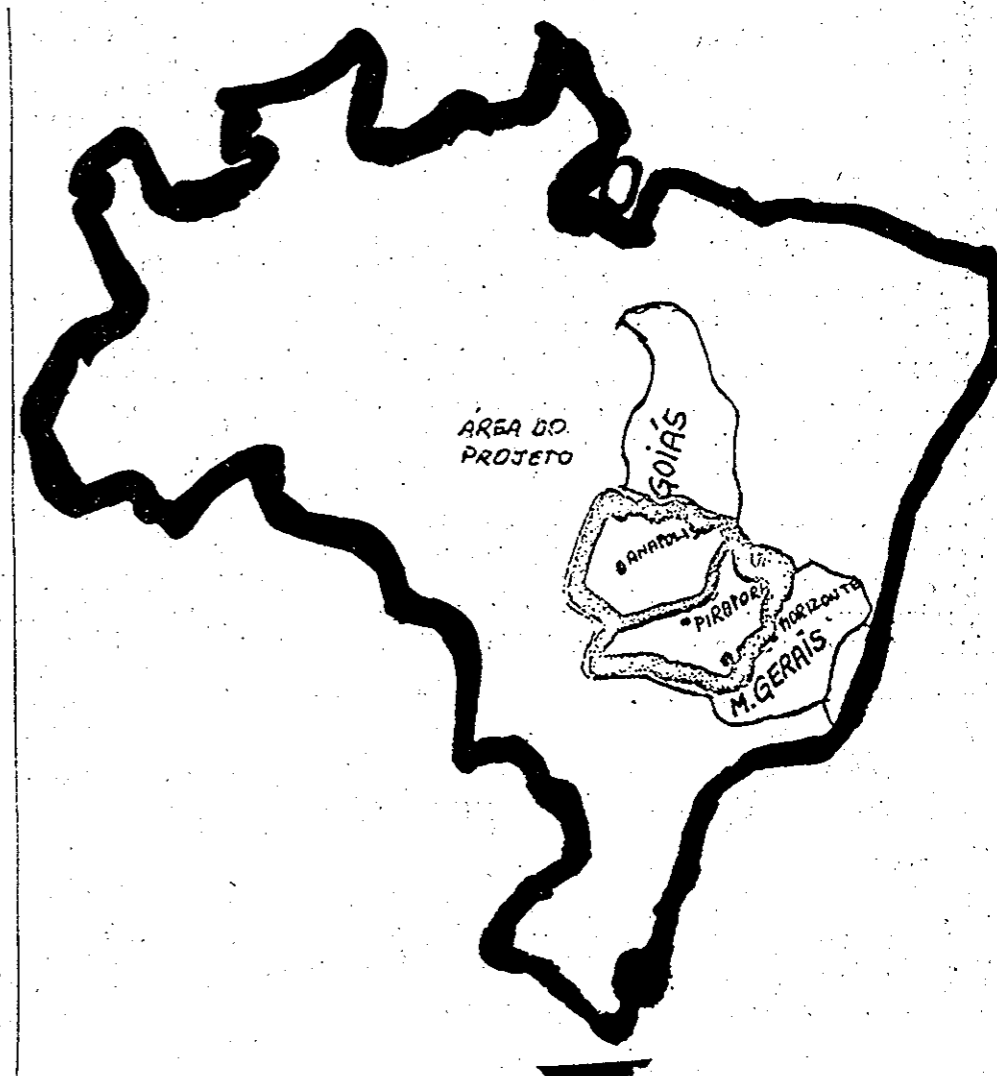
### QUAL A VANTAGEM?

Segundo o IPEA, a que já fizemos referência, nenhuma. Esse instituto governamental na sua apreciação faz ver que os principais problemas que afligem o Brasil são: a produção de alimentos (para o povo), a busca

de equilíbrio com o setor externo, a solução da crise energética e a criação de empregos. Com esses problemas e o aumento da dívida externa, "fica proibido errar e até em soluções parciais". Com tudo o que implica a implantação do projeto JICA, somente viria piorar a situação do Brasil e do povo brasileiro, pois o projeto "além de concentrador de renda, incentiva e mantém empresários e empreendimentos de eficiência duvidosa".

O IPEA aponta ainda outros males do projeto: "A grande empresa rural prática em geral e monocultura que tem como nefasto resultado a estacionalidade da mão-de-obra (o bóia-fria). Os ônus dessa empreitada são: contrair mais empréstimos (nos bancos japoneses), ocupar uma área já valorizada, produzir apenas para exportação, eliminar formas alternativas de exploração e intensificar o êxodo rural". O IPEA alerta ainda o governo de que o resultado econômico não é nada compensador para o Brasil.

O Instituto de Planejamento Econômico e Social teve o cuidado de indicar o caminho para a alternativa energética. Diz o relatório que com 8 milhões de hectares de terra, com cana de açúcar, substituí-se toda a gasolina no País, por álcool etílico; com 5,5 milhões de hectares de terra com eucalipto, substitui-se todo o óleo combustível, por



metanol de madeira; com 5 milhões de hectares de terra, com mandioca, batata e mamona, substitui-se todo óleo diesel, além de abastecer toda a indústria química que utiliza derivados de petróleo. "Se, com a proposta japonesa, apuráramos menos de 3 bilhões de dólares em exportações altamente subsidiadas, só com o programa energéti-

co economizáramos 7 bilhões". Conforme notícia do extinto jornal "CINCO DE MARÇO", de 21 a 27 de abril, o pessoal do IPEA que apresentou este estudo sério, foi demitido pelo governo.

A CNBB diz em carta à Presidência da República: "Este projeto levanta um problema pastoralmente muito grave: a

emigração maciça de população para fora da área, e para rumo ignorado. Haverá lugar para eles nas nossas metrópoles já superpovoadas? Segundo a concepção que preside a projetos dessa natureza, parece que há muita gente sobrando neste País. Será esta uma concepção de desenvolvimento a favor ou contra o homem?"